

Fórum de Outono “O Futuro do Trabalho, o Trabalho do Futuro”

Debate “Problemas e desafios actuais da organização dos trabalhadores”

27 Outubro, 21.30 horas

(Versão longa da introdução ao debate)

Bem-vindos a um debate que muito raramente é feito fora das portas das organizações sindicais portuguesas. No espaço público e nos média debatem-se os partidos, a sua organização, direcção, problemas internos. Mas não se debatem os sindicatos, a organização dos trabalhadores, os seus problemas, as suas orientações e propostas, as vias para o seu fortalecimento e renovação. Apesar de constituírem a maior força social organizada. O que nos deve fazer pensar. Certamente haverá, creio, responsabilidades dos sindicatos, em cujas práticas existe ainda frequentemente alguma opacidade e dificuldade de abertura à sociedade. Mas há responsabilidade certamente maior dos poderes e interesses hegemónicos no espaço público, para quem o trabalho e as suas organizações têm uma presença menor no espaço público e mediático e para quem o trabalho só é central quando se trata de o usar como variável económica das políticas de austeridade.

Ora os sindicatos, como os partidos, são alicerces das democracias contemporâneas e da sua construção. Os seus problemas, as suas fragilidades, a sua acção, são parte das fraquezas e das forças do nosso sistema político e não são separáveis da crise mais geral de representação e de confiança nas instituições que é parte do problema das democracias contemporâneas. Relações de trabalho mais saudáveis e equilibradas, a saúde dos sindicatos, um movimento sindical mais representativo e organizações de trabalhadores mais fortes nas empresas e no precariado, são indicadores importantes da saúde, ou da sua falta, na nossa democracia política. É tema que deve interessar a todos, sindicalizados ou não, e não apenas aos sindicatos e aos seus filiados. O sindicalismo e o mundo do trabalho só ganharão com isso.

(Slide 1) Por tudo isto, a Manifesto decidiu este Fórum inteiramente dedicado à centralidade do Trabalho e do seu futuro nas nossas vidas, na política e na sociedade. E decidimos iniciar este nosso Fórum propondo uma reflexão colectiva sobre um tema raramente abordado fora das portas dos sindicatos: os desafios, os problemas, as experiências e o futuro das organizações de trabalhadores.

Afinal, não é possível debater as políticas e o papel do trabalho no nosso presente e no nosso futuro e esquecer ou ignorar o papel da acção e da organização colectiva dos trabalhadores, da sua eficácia para representar os trabalhadores perante os interesses económicos e no sistema político, de como se estão a renovar e transformar, ou não, para enfrentar as ameaças do capitalismo neoliberal e globalizado e as mudanças aceleradas no trabalho e nos empregos. Faz por isso sentido que este debate ultrapasse as fronteiras dos sindicatos e seja também realizado noutros espaços da cidadania, certamente com a participação dos activistas do mundo do trabalho, como hoje aqui acontece.

Temos connosco para debater este tema:

- A **Rebecca Gumbrell-McCormick**, investigadora e especialista das relações de trabalho, sindicalismo e igualdade, professora no Departamento de Gestão em Birckbeck, na Universidade de Londres e autora, em conjunto com Richard Hyman de relevantes obras de

análise e reflexão sobre trabalho e sindicalismo. É também activista sindical e foi dirigente sindical da International Union of Food and Allied Workers' Association.

- O **Daniel Carapau**, que é bolsheiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e doutorado em Bioquímica. Na Plataforma dos Precários do Estado participou no debate para a alteração do Decreto-Lei sobre o Emprego Científico e do Programa de Regularização dos trabalhadores precários do Estado. É membro da organização dos Precários Inflexíveis, conhecida pela sua grande intervenção na área do precariado.

- A **Guadalupe Simões**, uma destacada e conhecida dirigente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e do Conselho Nacional da CGTP-IN, sendo também membro do Conselho Geral da Associação Fórum Manifesto.

- O **José Abraão** é Secretário-Geral da FESAP (Federação dos Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos), com intervenção pública conhecida nos problemas laborais nesta área e membro do Secretariado Nacional da UGT. Foi também secretário-geral do SINTAP, autarca em Vila Real e é membro da Comissão Política Nacional do PS.

- A **Vivalda Silva**, é trabalhadora de limpeza de aeronaves no Aeroporto de Lisboa, é coordenadora nacional do STAD (Sindicato dos Trabalhadores de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividade Diversas) e faz parte do Conselho Nacional e da Comissão Executiva da CGTP-IN.

A todos agradecemos a sua disponibilidade para participarem neste painel e darem o seu contributo qualificado e experiente a este debate.

Finalmente, realizada a apresentação dos nossos convidados, gostaria de apresentar alguns dados relativos ao contexto do debate que vamos fazer e propor alguns questionamentos para as intervenções e a reflexão colectiva que se seguirão.

(Slide 2). Temos uma força de trabalho empregada em Portugal de 4,6 milhões, dos quais cerca de 3 milhões têm um contrato de trabalho permanente e cerca de 1,5 milhões são trabalhadores precários, ditos “independentes” ou com contratos a termo. **(Slide 3)** Uma enorme força social cuja potência transformadora está confrontada com profundas mudanças que segmentam, precarizam e individualizam as relações de trabalho, e dividem e enfraquecem solidariedades de classe que estiveram na origem das conquistas históricas dos trabalhadores.

Temos um movimento sindical e um conjunto vasto de organizações de trabalhadores (CTs e outras) que constituem o maior e mais activo movimento social organizado em Portugal, inseparável das conquistas de direitos sociais e laborais e da construção da nossa democracia política e do Estado Social que temos e a que aqui prestamos homenagem na pessoa dos nossos convidados.

(Slide 4) Mais de 700 000 sindicalizados **(a)**, embora os números a este respeito não sejam rigorosos ou auditáveis. 377 organizações sindicais. Quase 200 CTs legalmente registadas. Perto de 30 000 dirigentes, delegados sindicais, membros de CTs e delegados de saúde e segurança no trabalho, estimativa pessoal com base, designadamente, nos números publicados da CGTP que apontam apenas na sua área de influência para cerca de 20 000 activistas eleitos no período de 4 anos anteriores ao seu congresso de 2016.

Um movimento sindical marcado por um pluralismo fortemente competitivo, com duas centrais sindicais (a CGTP-IN e a UGT, sendo a primeira a mais representativa), muito diferentes na génese, na identidade e nas orientações. e para cuja aferição de representatividade, tal como para as confederações patronais, não existem critérios e dados públicos reconhecidos, publicados e confiáveis. **(Slide 5)** Os dados declarados pelas centrais sindicais sobre a sua representatividade não são fundamentados e são frequentemente contraditórios, como se pode ver no quadro disponível e são eles próprios diferenciados quando disponibilizados a diferentes instâncias internacionais.

No seu conjunto, o movimento sindical e o conjunto das estruturas representativas dos trabalhadores são uma grande força social incontornável e indispensável à democracia e à defesa do mundo do trabalho.

Só que não podemos ignorar o reverso da medalha. **(Slide 6)**

A sindicalização, segundo as melhores bases de dados internacionais, e apesar de a origem dos dados ser fundada em estimativas e elementos pouco rigorosos, donde as frequentes contradições de números, já que não existe qualquer sistema reconhecido de aferição da representatividade dos parceiros sociais, aponta para valores à volta dos 18% **(a)**. No final dos anos 70, há cerca de 40 anos, a sindicalização seria de mais de 60% e 1,5 milhões de filiados. Já no início deste século estava ainda nos 21%, segundo a mesma base de dados utilizada, continuando depois um declínio mais lento.

Os dados publicados no Livro Verde sobre as Relações Laborais são ainda mais severos e falam em 9,2% de sindicalização no sector privado (20,5% nas empresas com 250 ou mais trabalhadores), com base no Relatório Único anualmente entregue pelas empresas. Este número, embora visto com reserva por incluir apenas a sindicalização controlada nas empresas pelas entidades patronais, confirma uma baixa densidade sindical, embora também deva ser reconhecida uma mais elevada sindicalização nas grandes empresas públicas e na administração pública central e local do que os dados do sector privado revelam.

Ou seja, provavelmente, tendo em conta a maior taxa de sindicalização na administração pública, a verdade da representação sindical estará a meio caminho, à volta dos 15 a 16% **(a)**. É, todavia, indesmentível o declínio global da sindicalização em Portugal e a baixa cobertura da organização dos trabalhadores, sindical e das CTs, nas empresas, embora com expressões muito variadas nos diferentes sectores de actividade e existindo também casos notáveis e localizados de crescimento da filiação.

(Slide 7) A reconhecida falta de estruturas eleitas dos trabalhadores na maioria das empresas, identifica também a principal fragilidade da organização sindical existente na sua ligação aos trabalhadores e na criação de uma base organizada para a acção colectiva. No inquérito europeu às condições de trabalho de 2015, apenas 33% dos trabalhadores portugueses inquiridos reconheciam a existência de organização de algum tipo nas suas empresas.

Quanto à vida democrática das organizações, é preocupante a baixa participação dos trabalhadores na vida dos seus sindicatos e a elevada abstenção eleitoral. No relatório de actividade da CGTP para o seu congresso de 2016, numa amostra de processos eleitorais em 80 sindicatos, a taxa de participação foi de 32%, sendo que dados conhecidos sobre a realidade do conjunto das associações sindicais apontam para uma participação ainda menor. Já nas eleições para CTs ao nível de empresa, numa amostra de 38 CTs, a participação foi mais elevada, 51%.

(Slide 8) A desigualdade de género, penalizando fortemente a participação e a responsabilização das mulheres trabalhadores nas estruturas eleitas, está em contraste com o facto de representarem cerca de 50% da força de trabalho e é evidenciada nos registos oficiais sobre eleições em 2016 para as Direcções sindicais – 36% mulheres para direcções sindicais, para as CTs – 22% - e para os representantes para a segurança e saúde no trabalho – 31%. No balanço da eleição de delegados sindicais nas empresas durante quatro anos, apresentado no último congresso de 2016 da CGTP há, entretanto, um dado interessante a relevar: 61% dos 11 892 mandatos foram de mulheres, e também a maioria das novas filiações sindicais foi de mulheres, mas a participação nas direcções sindicais foi bem menor (37% dos 5647 dirigentes). O que significa que está a ser muito lenta a responsabilização e a expressão no topo, na direcção das organizações, da crescente e maior participação das mulheres trabalhadoras na base.

As dificuldades de renovação geracional das associações sindicais, apesar dos notórios esforços feitos em muitas organizações, estão também bem patentes, socorrendo-nos mais uma vez de dados publicados no relatório ao congresso da CGTP de 2016, no facto de apenas 2% dos dirigentes e 4,5% dos novos mandatos para delegados sindicais serem de jovens com menos de 30 anos.

Este conjunto de dados suscita desde logo questões que ficam para o nosso debate:

(Slide 9) Como enfrentar este declínio, que não é só português, quando é certo que a importância dos sindicatos e doutras formas de organização não diminuiu, pelo contrário é cada vez maior e reconhecida também pelo seu papel institucional no diálogo social com o poder e na concertação social? Como fortalecer a representação organizada dos trabalhadores lá onde tudo começa e acaba, nos locais de trabalho?

Como organizar e promover a participação e representação das novas profissões e das novas gerações de trabalhadores? E como pode ser melhorada a representação, a organização e o diálogo com um sector dos trabalhadores mais fragilizado, mas crescente, os precários, incluindo os trabalhadores por conta própria e os falsos recibos verdes, o que implica equacionar a representação dos seus interesses na negociação colectiva e no diálogo social?

Porque mantêm as centrais sindicais e os sindicatos o tabu quanto a uma informação mais transparente sobre a sua representação e recusam a criação de um sistema de aferição da sua representatividade, que facilitaria um diálogo social mais responsável com os poderes económico e político e também uma negociação colectiva mais eficaz e transparente e menos permeável ao assalto oportunista de pequenos sindicatos não representativos?

Em matéria de democracia sindical e de transparência, estão os sindicatos preparados para responder às novas formas de participação, enquadramento e ligação exigidas pelas condições actuais da vida social e pelas mudanças no trabalho? Que se passa com a renovação, o rejuvenescimento e a igualdade de género nos sindicatos? Como alterar a realidade da baixa participação dos trabalhadores, sobretudo dos jovens e das mulheres?

Como é possível aproveitar mais em favor dos trabalhadores, designadamente na negociação colectiva, a solução política actual suportada à esquerda, que quebrou com a lógica do TINA e da austeridade, sem progredir na unidade na acção e na cooperação entre centrais sindicais?

Podem os sindicatos, face às profundas mudanças no trabalho e nos seus modos, continuar a sustentar o paradigma da sua representação e âmbito nos trabalhadores com um vínculo

jurídico contratual ou têm de progredir para um novo paradigma de representação abrangendo os trabalhadores definidos através da sua dependência e vínculo económico?

Como é possível superar o tácito (ou mais do que isso) acordo entre o Governo e as confederações patronais para bloquear mudanças legais no sistema de negociação colectiva e no código do trabalho, sendo que o actual desequilíbrio nas relações de trabalho lhes é favorável, mas fragiliza os sindicatos e a democracia, sem para isso elevar para outro patamar o diálogo e a unidade de acção e a convergência de propostas? É possível a CGTP e a UGT estarem de costas voltadas?

É possível romper o bloqueio dos interesses económicos e da inércia instalada, a resistência dos credores internacionais e enfrentar um ambiente adverso sem uma maior abertura dos sindicatos à sociedade e à cooperação com outros movimentos sociais e sem uma junção de forças maior entre o conjunto das organizações sindicais, CTs e outras organizações como as do precariado a outras organizações e movimentos sociais?

Muitas perguntas para tempo limitado. Que este nosso debate sirva para lançar sementes que aprofundem a reflexão destas e doutras questões. Está em causa encontrar os caminhos do futuro e do fortalecimento e da renovação do sindicalismo português e das organizações dos trabalhadores.

Henrique Sousa

(a) Nota: A base de dados sobre sindicalização da OCDE (Oecd.stat) disponibilizou, já depois da realização do Fórum de Outono, dados mais actualizados, relativos a 2015, atribuindo a Portugal uma taxa de sindicalização de 16,2% e 600 000 sindicalizados, confirmando a tendência para a diminuição da densidade sindical e estando mais alinhada com a previsão pessoal que apresentei.